Acervo ISA

CIMI-MS. DOURADOS
FONTE: DIARIO DA SERRA
DATA: 30/03/93 PÁG. 12
CIDADE: CAMPO GRANDE UF: MS

Tensão e medo durante todo processo

Filha de Marçal não acredita na Justiça

Ponta Porã, (AE) — Edna Silva de Souza, filha do líder indígena Marçal Tupa-I, chegou ontem ao salão onde se realiza o julgamento pelo júri popular do mandante do assassinato de seu pai, dizendo não acreditar na condenação do fazendeiro Líbero Monteiro de Lima. Segunda ela, Ponta Porã (MS) é uma cidade onde o acusado tem grande influência e os proprietários de terras e gado desfrutam de boa proteção política.

O promotor Adhemar Monrrum de Carvalho Neto, critica a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que lhe mandou uma carta exigindo que a Justiça condenasse o fazendeiro. Algumas entidades, disse o promotor, estão confundindo e até tumultuando a situação. Justiça não se faz exigindo nada. Quem manda matar não deixa recibo assinado, nem faz contrato. A função do Ministério Público é apresentar provas. Se o júri estiver convencido de que o acusado realmente mandou matar, eles vão condenar. Ao seu lado, no entanto, advogados da confiança da CNBB foram colocados à sua disposição como assistente. Entre eles, Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-vice-prefeito de São Paulo.

Há 20 metros da Câmara Municipal de Ponta Porã, onde se realiza a sessão de julgamento, um grupo de 70 índios, representando 20 tribos da região, cantou, dançou e rezou o tempo todo.

Rubens Valente
enviado especial

Ponta Porã — As polícias Militar, Civil e Federal mobilizaram forte aparato ontem na Câmara de Vereadores de Ponta Porã, para o julgamento do fazendeiro Líbero Monteiro de Lima, 66, acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Marçal de Souza em 25 de novembro de 83. Só a Polícia Militar reuniu 160 homens, estendeu cordas e isolou uma área de 200 metros ao redor da Câmara, onde entravam apenas pessoas credenciadas. O prédio virou uma espécie de "bunker", com atiradores de elite postados no teto, detectores de metal na entrada e policiais montados a cavalo circulando em frente.

Até às 17h00, pelo menos 200 pessoas — entre lideranças indígenas, alunos de escolas públicas e curiosos — aglomeravam-se em frente à Câmara, acompanhando o julgamento através de um sistema de som instalado na rua pela Prefeitura Municipal. Antes de iniciar o julgamento, às 13h00, o juiz criminal e presidente do Tribunal do Júri, Jairo Roberto de Quadros, informou à imprensa que às 21h00 suspenderia a sessão para fazer uma projeção. Caso entendesse que iria arrastar-se até, pelo menos, duas horas da madrugada, ele continuaria o julgamento sem intervalos. Se observassem que a sessão duraria mais do que isso, interromperia até a manhã ou tarde de hoje.

A ordem recebida pelos policiais era revistar todas as pessoas que entrassem na Câmara, mesmo que credenciadas. Às 11h00, dois homens com aspecto de mendigos foram detidos para averiguação. Um deles trazia na mochila uma funda com pedras. O comando da operação, por parte da PM, mobilizou duas guarnições da Rotam (Ronda Tática Metropolitana) e pelotões e destacamentos da região. Outros 25 policiais civis e federais circularam no local e montaram guarda no interior da Câmara, dando proteção aos jurados.

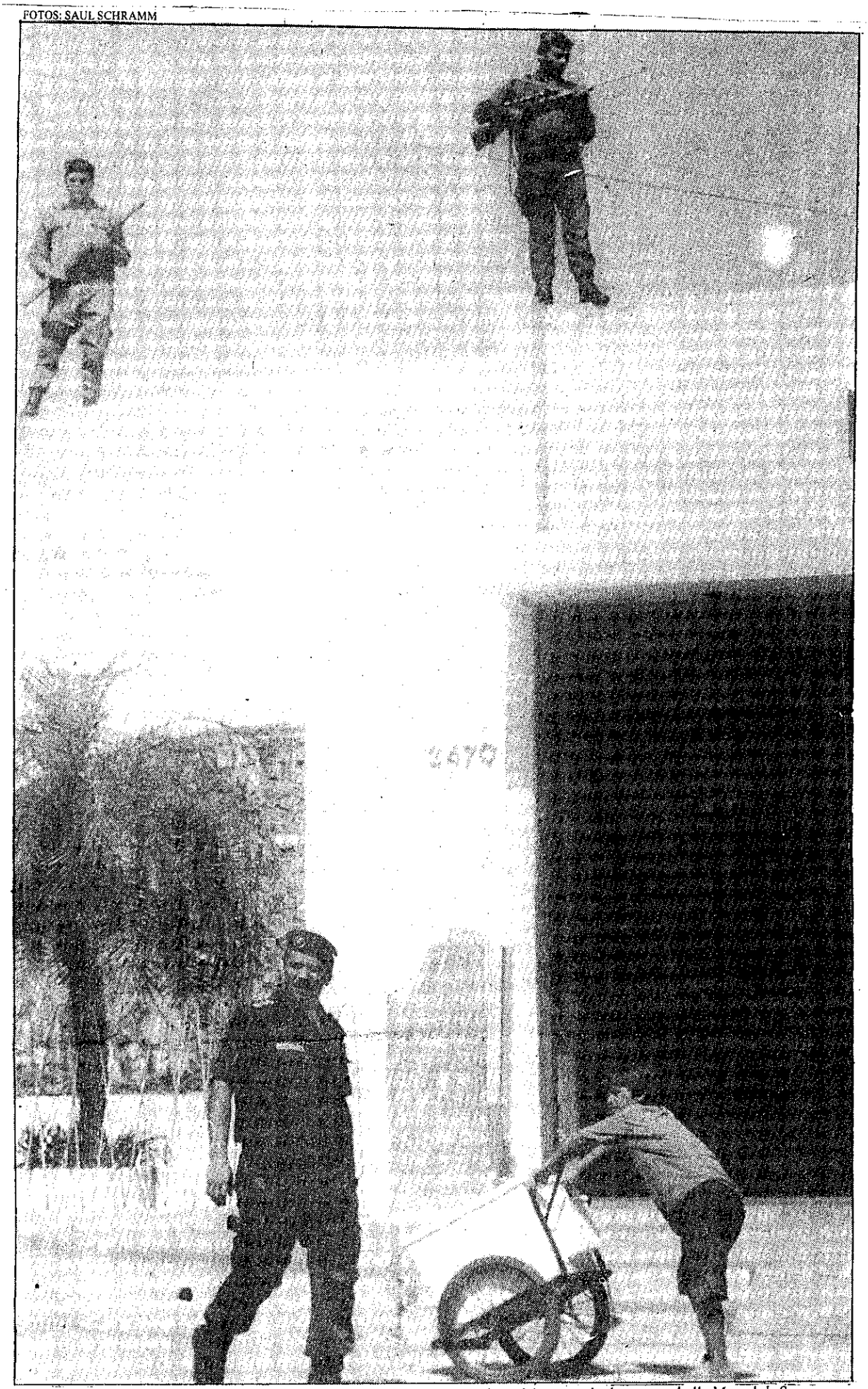
Apesar da ostentação da força policial, nenhum incidente mais grave tinha sido registrado até o final da tarde de ontem. Pouco antes do início da sessão, um representante de entidade dos direitos humanos procurou o delegado da Polícia Federal de Ponta Porã, Eustáquio Louzada, que acompanhava de perto o julgamento e disse ter informações de que um homem de chapéu, que seria jagunço de fazendeiros da região, estava armado. Policiais civis revistaram o homem e mais dois que estavam ao seu lado, mas nada encontraram. Por volta de meio-dia, o primeiro grupo de indígenas chegou à Câmara e passou a ser revistado por policiais militares. O administrador regional da Funai, João Flores, não gostou e ordenou que os índios se afastassem alguns metros.

O acesso ao plenário da Câmara foi restrito. Para as 16 emissoras de televisão e rádio que pediram credenciamento, havia apenas quatro passes de entrada, mesmo número para os 10 jornais que requisitaram a autorização. Os jornalistas tiveram que trabalhar em sistema de revezamento. Os representantes de entidades dos direitos humanos e ligadas à causa indígena também reclamaram da restrição. Para as 42 entidades que solicitaram credenciamento, o juiz Jairo de Quadros forneceu apenas quatro credenciais.

Os representantes das 22 aldeias do Sul do Estado também tiveram acesso restrito ao interior da Câmara de Vereadores. Eles entravam em grupos de três (só havia esse número de credenciais disponíveis). Adornados com colares típicos, com tintas pelo corpo, os índios assistiam a tudo calados, mesmo por quê a maioria domina apenas o idioma guarani. Do lado de fora da Câmara, a cada meia hora, aproximadamente, os índios promoviam danças e "rezas" da cultura guarani. Eles diziam que as manifestações pediam "justiça" aos matadores de Marçal de Souza, que foi morto com cinco tiros na varanda em frente à sua casa, na Aldeia do Campestre, Antônio João.

Acervo ISA

FOTOS: SAUL SCHRAMM



Atiradores de elite ajudaram a garantir a segurança do julgamento do fazendeiro acusado de matar o índio Marçal de Souza